

UMA QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA: A REPRODUÇÃO DISCURSIVA DAS PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS DA POPULAÇÃO NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO.

DANIELA MOREIRA DE JESUS

Museóloga Universidade Federal da Bahia
Doutoranda no Pós-Graduação
Interdisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos–Pós-Afro
E-mail: daniologus@gmail.com

ROGÉRIO LIMA VIDAL

Pedagogo-Biólogo Universidade Federal da Bahia
Doutorando no Pós-Graduação Interdisciplinar em
Estudos Étnicos e Africanos–Pós-Afro
E-mail: pessoa_vidal@yahoo.com.br

Resumo: O artigo é resultado do trabalho final da Disciplina Matrizes Africanas em Território Brasileiro, ministrada no Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, pelo Professor Pesquisador Sênior Rafael Sanzio, vinculado ao Departamento de Geografia (GEA), do Programa de Pós-Graduação (PPGGEA) e do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da UnB. O texto objetiva realizar uma análise dos conteúdos abordados no livro didático publicado em 2007, denominado *Geografia Ensino Médio*, que é de Geografia Mundial, produzido pela Editora da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, de distribuição gratuita para todas as escolas do referido Estado. Para a referida análise didática do livro em questão, desenvolvido pela equipe pedagógica formada por professores vinculados a rede de ensino do Estado do Paraná, foram utilizados os aportes teóricos de (SILVA, 2001); (BITTENCOURT, 2004); (FOUCAULT, 1996). O discorrer das análises tomou como sustentação a definição das representações sociais para a compreensão dos contextos onde se reproduzem estereótipos racistas acerca da população negra brasileira. Em notas conclusivas no material analisado foi identificada a continuidade dos estereótipos racistas e abordagens depreciativas para a população negra brasileira, mesmo com a efetivação dispositiva da lei 10.639/03 e as diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais no âmbito do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Palavras-chaves: Análise de conteúdo, Estereótipos racistas, Representações Sociais.

Abstract: The article is the result of the final work of the Discipline African Matrices in Brazilian Territory, taught at the Center for Afro-Oriental Studies of the Faculty of Philosophy and Human Sciences of the Federal University of Bahia, by Senior Research Professor Rafael Sanzio, linked to the Department of Geography (GEA), the Graduate Program (PPGGEA) and the Center for Applied Cartography and Geographic Information (CIGA) of UnB. The text aims to perform an analysis of

the contents covered in the textbook published in 2007, called Geography High School, which is World Geography, produced by the Publisher of the State Department of Education of the State of Paraná, free distribution to all schools in that state. For this didactic analysis of the book in question, developed by the pedagogical team formed by teachers linked to the education network of the State of Paraná, were used the theoretical contributions of (SILVA, 2001); (BITTENCOURT, 2004); (FOUCAULT, 1996). The analysis was based on the definition of social representations to understand the contexts where racist stereotypes about the black Brazilian population are reproduced. In conclusive notes in the analyzed material, the continuity of racist stereotypes and derogatory approaches to the Brazilian black population was identified, even with the dispositive effectiveness of Law 10.639/03 and the national curricular guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations in the scope of the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture.

Keywords: Content analysis, Racist stereotypes, Social representations.

INTRODUÇÃO

Após vinte anos da implementação da Lei nº 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, fruto não apenas das lutas dos movimentos sociais ligados à questão racial, mas, essencialmente das contribuições dos negros e negras dos mais variados contextos sociais, nos deparamos ainda com estereótipos, preconceitos e as visões eurocêntricas contidas nas suas páginas.

Tanto a população negra, como as matrizes africanas no que dizem respeito às culturas, identidades, religiosidades, valores ancestrais, continuam perpassados pelas distorções, folclorização nas páginas e ilustrações dos livros didáticos, impossibilitando o desenvolvimento de um sentimento de pertença afro-brasileira. Além dos constrangimentos vivenciados em conjunto a outras pertenças ou matrizes civilizatórias como asiáticas, européias, Americanas.

Conforme a pesquisadora Dra. Ana Célia da Silva, do ponto de vista da seletividade dos conteúdos escolares, onde deles persiste a prevalência apenas de um segmento civilizatório ou a invisibilidade e recalque da imagem de outros grupos sociais, essas intencionais ações demarcam muito bem a manutenção da ideologia dominante. Desse modo, conforme a autora “[...] O produto

final de todo esse processo está configurado no currículo eurocêntrico vigente nas escolas brasileiras, em todos os níveis de ensino. (SILVA, 2001, p. 141)

A provocação da pesquisadora e militante negra procede se pensarmos a contribuição do povo negro como formador da sociedade brasileira, dos quilombos, das riquezas culturais e religiosas e conglobação do capital econômico do país. Mas também, pensar esse material didático como documento formador “das consciências”, desejos e fortalecedor de intenções racistas e tentativas de apagamento da população negra.

A provocação de Silva (2001), assim como da historiadora Circe Maria Bittencourt (2004) procedem, quando refletimos acerca do livro didático, a princípio como um instrumento de reprodução de ideologias, onde delas reservam os conhecimentos legitimados do mundo capitalista ocidentalizado, pensado e executado pelas agências governamentais e poder do Estado.

E por seguinte, esse instrumento vinculador e produtor de ideologias carrega consigo grande responsabilidade, pois, na maioria das vezes, como o único material disponível na práxis docente dos professores em sala de aula, pode reafirmar formas de preconceitos, discriminações. “O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado”. (BITTENCOURT, 2004, p.71).

Contudo, na visão de Circe Bittencourt (2004) existem outros expedientes tais como: as interferências editoriais quando visam apenas o lucro, ou mesmo, a incipiente formação dos agentes educacionais alimentados pelas ilustrações, cores, formas, influenciados pelas marcas editoriais potencializam essa lacunas das questões relativas à diversidade cultural brasileira.

O enfoque desse trabalho não está delimitado a análise da aplicabilidade da Lei 10.639\03 no material didático em destaque, mas, evidenciam como as temáticas africanas, as imagens da população negra, a História da África e dos seus descendentes permanecem desconsiderados a luz dessa Lei. A análise de um livro didático direcionado para alunos do ensino médio de escolas públicas no Brasil foi à atividade final da disciplina *Matrizes Africanas em Território Brasileiro*, ministrada pelo Professor Pesquisador Sênior Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, vinculado ao Departamento de Geografia (GEA), do Programa de Pós-Graduação (PPGGEA) e do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da UnB e Professor Visitante na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no **Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro)**.

A atividade teve como direcionamento analisar o livro a partir de perguntas bases que envolveram a geografia, as relações étnico raciais, raça, racismo, história e histórico da escravidão, a localização das pessoas negras no livro.

Assim, buscamos um livro que fosse de fácil acesso, online e liberado para pesquisa, vez que a maioria dos livros didáticos liberados totalmente para leitura são as versões para professores, sendo os dos alunos distribuídos nas escolas ou incompletos na internet. Nesta busca, encontramos o livro denominado *Geografia Ensino Médio*, que é de Geografia Mundial, do Estado do Paraná. O livro é da Editora da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, SEED – PR, publicado no ano de 2007, contendo 280 páginas, e analisamos a sua 2ª edição. O livro é voltado para o Ensino Médio, destinados a alunos do Paraná, de distribuição gratuita, foi desenvolvido pela equipe técnica pedagógica, formada pelos professores de escolas das cidades que o livro foi distribuído. Na ficha técnica não é informada a formação deles.

A estrutura do livro está apresentada através do que é denominado *Conteúdos Estruturantes*. Estes, por sua vez, vêm encabeçados por títulos amplos, que são apresentados, e em seguida subdivididos de forma mais específica, como mostrado a seguir:

Conteúdo Estruturante: Dimensão Política do Espaço Geográfico – Apresentação do Conteúdo Estruturante; 1. O Brasil podia ser diferente?; 2. É proibida a entrada!; 3. A união faz a... ?; 4. A água tem futuro?

Conteúdo Estruturante: Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico; Apresentação do Conteúdo Estruturante; 5. Você produz ou consome o espaço?; 6. Para onde vais?; 7. Nada a ver? Tudo a ver!; 8. Passa por sua cabeça ter muitos filhos?

Conteúdo Estruturante: Dimensão Econômica do Espaço Geográfico – Apresentação do Conteúdo Estruturante; 9. A indústria já era?; 10. A gente se vê no shopping?; 11. Nós da rede.; 12. Dinheiro traz felicidade?; 13. Fome: problema econômico?;

Conteúdo Estruturante: Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico – Apresentação do Conteúdo Estruturante; 14. Os seres humanos são racionais. Será?; 15. Pare de sonhar com um carro!; 16. Catástrofes são evitáveis ou inevitáveis?; 17. Você toma veneno?

As disposições desses Conteúdos Estruturantes, com escassas ilustrações, não oferecem informações ou subsídios que transpareçam condições para a valorização da cultura negra. As ilustrações, contidas fundamentalmente no *Conteúdo Estruturante Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico*, denota o quanto o Brasil como o segundo país em população negra no mundo necessita reconhecer-se negro. Mesmo com a existência de outros materiais didáticos com representações positivas da população negra, sua veiculação, distribuição e acesso ao povo negro, sobretudo as criança, ainda é muito restrito.

Esse expediente de controle decorre das relações de poder indicadas por Foucault (1996, p. 245) onde se sustentam os saberes, os controles, tanto decorridos pelos discursos de forma pejorativa associados à inferiorização da população negra, como também, pelas mobilizações para construção de uma única possibilidade de verdade.

De alguma maneira, não há como problematizar os debates das representações negras no campo do ensino brasileiro, que após a promulgação da Lei 10.639/03 torna-se obrigatória não apenas o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, mas, sobretudo, ações dos diversos coletivos contra a aparelhagem da discriminação, estereótipos e preconceitos raciais. Mesmo com a efetivação da Lei 10.639/03 é notável como os conteúdos, discursos, imagens, práticas escolares lúdicas, educativas continuam construídas por imagens e simbologias depreciativas ao povo negro.

As representações sociais ornamentam o mundo social como uma forma de explicação do mesmo, propondo classificações, modalidades de conhecimentos particulares, colocando como modelo um determinado grupo, criando hierarquizações. (MOSCOVICI, 2012, p. 27). Nesse sentido, as imagens, simbologias contidas nos Conteúdos Estruturantes em exame do livro: *Geografia Ensino Médio*, que é de Geografia Mundial, traduz, ou seja, materializa as relações de dominação e circulação dos estereótipos que marcam as identidades das populações negras contidas nesses materiais.

Práticas discursivas e seus investimentos ideológicos, pedagógicos no livro didático

Em seu texto de apresentação, a ideia inicial que o livro traz é que este será fonte de percepções avançadas e críticas em relação a Geografia. Na introdução, com título *Aos estudantes*, são apresentadas informações sobre a escrita do livro, seus autores, quem analisou e acompanhou: professores da rede pública de ensino, acompanhados por professores de universidades. Estas informações se apresentam de forma vaga, trazendo somente estes títulos abrangentes, *professores da rede pública de ensino* e *professores de universidades*. Os nomes dos professores da rede pública são trazidos, mas não é informada suas formações acadêmicas, quanto aos professores universitários, são uma incógnita, não é apresentado um nome sequer.

O manuseio e leitura inicial do livro nos fazem acreditar que será uma análise com informações enriquecedoras sobre as relações propostas na atividade final da disciplina. Essa crença se estabelece ainda na introdução do livro, quando é informado que a construção do conhecimento será guiado por meio do diálogo e da pesquisa. Neste sentido, tomando como base as críticas contundentes de Freitag, Motta, Costa (1989), a organização do livro perpassa também sobre a

qualificação profissional, pois se não houver uma apreciação crítica, poderá incidir sobre a qualidade do desempenho educacional de todos os envolvidos.

Sobre esse aspecto, ao que parece, a elaboração, produção e divulgação desse material em análise, apresenta-se, conforme as autoras, não estão funcionando “[...] em sala de aula como um instrumento auxiliar para conduzir o processo de ensino e transmissão de conhecimento, mas como modelo – padrão, a autoridade absoluta, o critério último de verdade”. (FREITAG, MOTTA, COSTA, 1989, p.111)

É possível verificar, no entanto, que mesmo sendo um livro escrito única e exclusivamente por professores da rede pública de ensino, que conhecem, ou deveriam conhecer, o público ao qual ele é destinado, alunos de escola pública, o livro toma um direcionamento descritivo, conservador e que mantém conhecimentos conservadores em perspectiva, tecendo pouquíssimas críticas aos assuntos abordados. Por vezes, deixando mais questionamentos para serem respondidos pelos alunos do que informações que de fato agucem a busca pelo conhecimento. Possivelmente, deixando lacunas e não avançando no conhecimento de informações que já deveriam estar bem esclarecidas, como o fato do Brasil ter sido invadido e os povos originários terem sofrido um genocídio.

Desse modo, um livro escrito por professores, e acompanhado por professores de universidades, deveria ser uma referência no trabalho pedagógico, vez que a indústria do livro não oportuniza que estes profissionais tenham participação efetiva na elaboração desse material. De acordo com Bittencourt (2008, p. 301), “Como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma *mercadoria* ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista”.

Mesmo diante uma rede de vendas de livros e a forte concorrência editorial, em que os professores não tem vez nem voz, os professores e professoras do estado do Paraná tiveram a oportunidade de escrever um livro para alunos e alunas do ensino médio que deveria dar direcionamento abrangente, mas também que proporcionasse discussões relevantes no que se trata de raça, racismo, etnia, o processo de escravização dentre outros voltados ao que foi considerado maior massacre de uma população nos últimos 500 anos. Mesmo com uma população predominantemente branca¹, há, nas escolas públicas do Estado do Paraná, alunos e alunas negros que merecem ver a história dos seus ancestrais retratada para além da escravidão, das favelas e da subjugação a qual seus ancestrais foram submetidos.

¹De acordo com o IBGE, em 2018, 34% da população paranaense era negra ou parda.

Desse modo, os discursos dos autores (as), no caso os professores e professoras, penetrados no livro em destaque funcionam também como práticas sociais, influenciando modos de ação sobre o mundo tendo como os personagens centrais a comunidade discente. A provocação procede, uma vez que as linguagens contidas nas páginas analisadas do livro produzem relações sociais, estruturam e desestruturam formas de pensamento, geram comportamentos e atitudes depreciativas a população negra, sendo ao modo “um nível de estrutura acima da sentença” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p.13). Em razão de noção e esclarecimento o discurso, além disso, está vinculado justamente aos reflexos, impactos que a difusão desses conhecimentos impressos no livro didático podem impactar nas relações sociais e, sobretudo, na materialidade do controle dos estereótipos racistas e de invisibilidade das populações negras, o qual é demonstrada no seguimento da análise.

Análise do Livro: as relações étnico-raciais e como elas se apresentam no livro

No livro didático *Geografia Ensino Médio* não existe nenhum capítulo específico que trate de questões étnico-raciais no Brasil, também não existem informações gerais que tratem o tema. Mesmo a Lei 10.639/03 estando em vigor na época da escrita e lançamento do livro, o ano de 2007, Lei esta que obriga as escolas a tratarem das relações étnico-raciais através da cultura africanas e afro-brasileira, não houve preocupação em trazer informações.

Nas 280 páginas do livro a palavra Negro é citada 3 vezes, e para tratar de sistemas de exclusão, onde não é realizada em nenhum desses momentos uma crítica sobre o porquê da exclusão, há somente questionamentos deixados para os alunos.

Uma das vezes que a palavra Negro aparece é no **Conteúdo Estruturante: Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico**, na apresentação, onde a autora Márcia Regina Garcia, professora do Colégio Estadual Barbosa Ferraz, em Andará, tece considerações sobre a relação da cultura e a geografia, e como é possível uma abordagem entre as duas. Neste sentido, a autora vai falar como a relação cultural influencia na perspectiva geográfica de espaço. E em um comparativo sobre as sociedades indígenas e as populações de origem urbana, ela vai trazer os seguintes questionamentos:

[...] por que a maioria dos negros brasileiros são pobres e, portanto, ocupam espaços urbanos menos valorizados e pior estruturados? Ou, por que há, em grandes metrópoles, a formação de bairros étnicos? (GARCIA, 2007, p. 80)

A autora não responde a esses questionamentos, mas trazem informações que dão uma percepção dúbia sobre o assunto, possibilitando o entendimento que falar sobre as relações raciais

irá trazer prejuízo para os sujeitos negros, para além de colocar fatos históricos, como o sistema escravista, como algo que “certamente” aconteceu. Assim, ela segue:

Certamente há explicações históricas, econômicas e políticas para essas configurações sócio-espaciais que devem ser centrais nas análises geográficas culturais. As respostas a essas questões, se reduzidas a explicações étnico/culturais isoladamente, possibilitam afirmações preconceituosas e não verdadeiras. (GARCIA, 2007, p. 80)

Ora, como dizer que as relações étnicas culturais, mesmo que isoladamente, não são fonte de explicações para a relação imposta de escravidão, dispersão, isolamento deliberado das civilizações africanas, vez que estas ainda hoje sofrem racismo, obliterações, seja em África ou na diáspora? Como entender todo esse processo sem uma análise que leve esses fatos em conta ao invés de só lançar questões que em nada ajudam no ensinamento para os alunos e alunas das escolas as quais esse livro foi direcionado?

Notadamente, o Paraná, através do Processo n.º 880/2006, deliberação n.º 04/06, aprovada em 02 de agosto de 06, instituiu o trabalho com a Lei 10.639/03 nas escolas Estaduais. De acordo com o documento, no Artigo 1º é instituído que:

A presente Deliberação institui Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino públicas e privadas que atuam nos níveis e modalidades do Sistema Estadual de Ensino no Paraná. (BRASIL, 2006)

Ainda de acordo com o documento, no Artigo 2º, é informado que:

O Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deverá garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. (BRASIL, 2006)

Logo após o Artigo 2º, o Parágrafo único dá direcionamento para a forma como os assuntos devem ser tratados em sala de aula:

Ao tratar da História da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, devem os professores fazer abordagens positivas, sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno negro-descendente mire-se positivamente, quer pela valorização da história de seu povo, da cultura de matriz africana, da contribuição para o país e para a humanidade.

Ainda que, no caso do Paraná, em que o índice da população negra é menor, pois, de acordo com o IBGE, em 2018, 34% da população paranaense era negra ou parda, tratar da história africana e afro-brasileira de forma positiva é necessário. Também os alunos brancos precisam compreender que pessoas negras merecem respeito a sua história, que sua cultura deve ser valorizada, sua religião respeitada.

Mesmo com a instituição de uma Lei Nacional e a implementação dessa Lei de forma local, no Estado do Paraná, os educadores não seguiram as orientações para a construção do livro didático *Geografia Ensino Médio*. Essa atitude traz grandes prejuízos para o aprendizado de pessoas negras, bem como para suas vidas cotidianas, vez que, se não acessam um conteúdo que trate suas histórias de forma positiva são afetados para a vida toda com baixo autoestima, levando ao afastamento de suas raízes e até mesmo a evasão escolar.

Para o Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão, “Por trás de situações de infrequência, abandono e evasão escolar, existem motivações diversas, desde gravidez, falta de conexão dos conteúdos com os interesses dos estudantes, necessidade imediata de geração de renda, entre outros”. No entanto, é preciso enfatizar que “A predominância de currículos e práticas pedagógicas que não incluem a perspectiva de grupos historicamente excluídos, por exemplo, acaba por aumentar os índices de evasão e exclusão escolar de estudantes negros, LGBTQIAP + e com deficiência”.

De acordo com a pesquisadora Ana Célia Silva (1995, 2010, 2011, 2019), a presença de crianças negras nos livros didáticos de Língua Portuguesa das mesmas séries e ciclos da década de 80 era rara, e quando tinha, era estigmatizada, deturpada e desumanizada. Em sua análise, Silva identificou, a partir do trabalho com 82 livros, utilizados em 22 escolas da zona escolar do bairro da Liberdade, em Salvador, ela selecionou 16, nos quais foi possível verificar que havia:

435 ilustrações de crianças brancas em atividades de lazer ou em sala de aula;
Apenas 51 ilustrações de crianças negras, a maioria delas trabalhando ou realizando ações consideradas negativas;
Dos 16, 9 livros trouxeram a presença do negro de forma positiva. (SILVA, 2011, p. 20/21)

Mesmo sendo um livro voltado para a língua portuguesa, os pressupostos apresentados por Silva cabem para esta versão do livro didático de geografia aqui hora apresentado. Discutir as relações raciais e como pessoas negras estão colocadas nos livros didáticos é necessários para que se tenha uma narrativa que abranja a diversidade.

O que chama a atenção é o fato de não só a Lei 10.639/03 já estar em vigor, mas como o livro ser escrito única e exclusivamente por professores da rede pública, e com o acompanhamento de professores da rede superior de ensino, ter sido produzido um material que não discute as relações raciais no Brasil. Como autores de um material tão importante e potente como é um livro didático, eles tiveram a liberdade de escrever e trazer para a sala de aula, informações reais e baseadas na história e geografia mundial e dos brasileiros. Porém, optaram por não fazer.

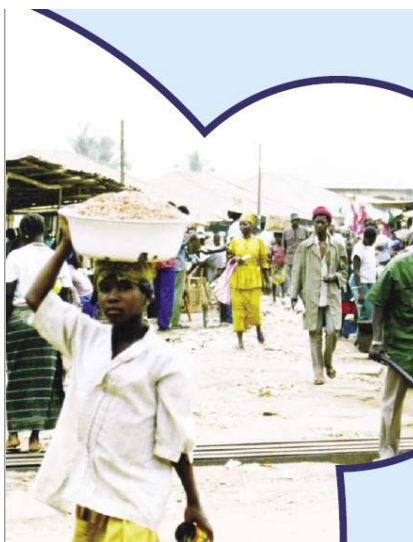
Analisando as imagens:

No início do capítulo 10 cujo tema é “**A gente se vê no Shopping?**” na página 162, o livro inaugura sua abordagem com uma imagem que pressupõe ser de alguma cidade do continente africano, porém, devido à ambiguidade da imagem não se tem certeza de que se trata de uma localização de algum território africano ou brasileiro dado ao enquadre para o contingente de pessoas negras na imagem.

Outro fator que gerou estranheza depende da falta de referências quanto à fonte, localização, origem, datas, autor da foto. As figuras das pessoas negras na feira foram selecionadas, porém, sem retratar se era uma paisagem africana, ou alguma localidade, cidade, bairro, sem contextualização dos fatores que influenciaram aquela circunstância no texto em questão. Na observação textual não foi identificado nenhum elemento de cunho racial, fazendo menção a grupo do espaço, o que presume ser uma feira local.

Neste sentido, a imagem é colocada sem haver uma preocupação de abordagem étnica racial, e nem tão pouco uma interpretação das informações contidas na imagem das construções sociais do espaço o qual revela falhas para situar o tema proposto e sua pressuposta amplitude temática para atender os objetivos dos **conteúdos estruturantes o qual indica o livro**.

Imagem 1 – Conteúdo Estruturante *A gente se vê no Shopping*



Fonte: Livro didático Geografia Ensino Médio

A imagem traz pessoas comprando, outras comercializando produtos, porém em um lugar o qual possivelmente pode ser uma feira livre. A imagem busca estabelecer relações entre o espaço shopping, procurando relacionar com as diferenciações do espaço feira, no entanto, essas justaposições não se apresentam conectadas. É possível perceber nas imagens tanto das pessoas

negras na feira e das pessoas brancas no shopping um discurso reforçador de preconceitos de classe e das diferenças socioculturais.

Imagem 2 – Conteúdo Estruturante *A gente se vê no Shopping*

Shopping em Curitiba, PR



Área de lazer, em Curitiba, PR



Fonte: Livro didático Geografia Ensino Médio

A imagem das pessoas na feira em contraste as das pessoas no shopping caminha em direção da naturalização da pobreza, da ausência de política de saneamento básico, onde ambos os espaços contemporâneos não são contextualizados como se apenas uma identidade espacial fosse fixada em valores, verdades universais.

Como também, ao que presume a imagem ilustrada no início do capítulo, uma operacionalidade do poder colonial e sua universalidade onde as pessoas negras são associadas a determinados lugares, profissões, comportamentos, vestuários de forma desqualificada vinculadas a problemas urbanos, espaços precários, baixa qualificação, entre outros condicionantes sociais e econômicos que desencadeiam diferenciações e que, portanto, se tornam naturalizadas.

Na contingência do texto, a discussão apresentada é sobre a criação e ampliação dos Shoppings Center no mundo e no Brasil, onde as discussões sobre consumismo, ideologias e modismos são excessivamente abordadas com ilustrações de pessoas brancas.

O mesmo aspecto reaparece no Conteúdo Estruturante 13, intitulado **“Fome: problema econômico?”**, na página 198 do livro. As charges apresentadas logo abaixo ao fazer referência a fome articulada à pobreza, apresenta apenas homens pardos e negros com fisionomias esqueléticas, assombradas, com aspectos marcados pela segregação sócio espacial do contexto elencado e discriminação racial e desigualdade socioeconômica.

Imagem 3 – Conteúdo estruturante *Fome: problema econômico?*

(Roberto Menescal/Abel Silva)
Hino do Fome Zero – www.fomezero.gov.br



Fonte: Livro didático Geografia Ensino Médio

É notável em ambas as situações elencadas nos capítulos citados a apresentação do racismo institucional onde um conjunto de teorias acreditam na existência de uma hierarquia entre grupos humanos. Portanto, as ilustrações naturalizam o condicionamento da população negra viver marcado pela discriminação, preconceito, e desigualdades socioeconômicas e espaciais como essas descritas no livro didático.

Neste sentido, em todos os capítulos analisados não foram encontradas tabelas, mapas que trazem como abordagem a divisão da sociedade brasileira por grupo étnico, no entanto no decorrer das sessões: Apresentação do Conteúdo Estruturante: *Dimensão Política do Espaço Geográfico e Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico* as questões relacionadas aos territórios quilombolas e a sua importância na formação social e econômica da nação brasileira não são visibilizadas.

É possível perceber a ausência da linguagem cartográfica em todo o percurso do livro ou mesmo aspectos que valorizem a diversidade étnica, principalmente no tópico **“O Brasil podia ser diferente”**, na página 19, onde na tentativa de abordagem sobre o território brasileiro e sua territorialidade, valores e comportamentos de respeito e solidariedade, em relação à população negra, afro-brasileira ou afrodescendente, afro indígenas e indígenas não são abordados e quando abordados é de forma descontextualizada, sem aprofundamento teórico. O exemplo do Conteúdo Estruturante **“O Brasil poderia ser diferente?”**, referente ao capítulo I, na página 19, onde a abordagem sobre a formação do território brasileiro exclui outros determinantes. Vejamos:

Inicialmente este território era da Coroa Portuguesa e, somente a partir de 1822, passou a pertencer ao chamado Estado Brasileiro. Quando falamos que ele nasce modesto, é ao território que nos referimos. Mas como ele “cresceu”? Ampliando seu poder? Como o Estado Português conquistou mais territórios? **Foram muitos os conflitos entre os indígenas e a Coroa portuguesa e a Coroa espanhola para**

que aqueles “cedessem” seu território². Como se pode visualizar na figura 1, o Tratado de Tordesilhas dava um limite para a expansão Portuguesa, mas em 1580 Portugal ficou sem sucessor em suas terras para ocupar o trono, o único sucessor legítimo era Felipe II, neto do rei da Espanha. Mas um espanhol no trono Português? Sim. Felipe II teve que usar a força, derrotando os exércitos lusitanos para assumir o trono. Esta relação deu uma certa autoridade para que os portugueses que viviam na colônia considerassem que não havia problema em ultrapassar os limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas. Em 1640, quando o trono de Portugal foi recuperado, as terras a oeste do limite do tratado estavam ocupadas por portugueses que não apresentavam nenhuma disposição em devolvê-las. Associado a isto e a outros conflitos que ocorreram na Europa, em 1750 o Tratado de Tordesilhas deixa, formalmente, de existir. Quanto à relação indígena x portugueses, estes últimos possuíam uma organização social e econômica bem diferente da dos indígenas. Entre as diferenças encontramos o desejo de lucro, a propriedade individual ou posse da terra e de seus recursos, o dinheiro utilizado na compra e venda das mercadorias, organizações sociais e econômicas introduzidas no Brasil, o que já era comum na Europa. Estamos falando dos princípios do sistema capitalista. Que tal buscar mais informações sobre o sistema capitalista? A figura 2 mostra onde a Coroa Portuguesa tinha soberania sobre o espaço brasileiro no século XVI. (Cap. I, 2007. p. 02)

Outro tópico importante a ser tratado são as referências sobre a situação social, econômica e política dos afro-brasileiros no país. Nas páginas analisadas, o livro didático em questão não realiza essa referência, o mesmo como um importante instrumento pedagógico em sala de aula apenas fez referências direcionadas à migração das populações negras. Algo muito preocupante, até porque a ausência de referências sobre a situação social, econômica e política dos afros brasileiros transmite aos alunos a invisibilidade e superficialidade das representações étnicas raciais, tanto nas relações África-Brasil como a necessidade de inserções do ensino da geografia com ampliação do olhar do espaço geográfico descolonial.

Nas páginas 162 e 174 referentes Conteúdo Estruturante: *Dimensão Política do Espaço Geográfico e Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico* foram observadas a falta de detalhamento e explicações dos tópicos que tratam exclusivamente da dimensão cultural e geográfica do Brasil. Em ambos os conteúdos estruturantes é notável a presença de estereótipos, incidindo acerca da ampliação do imaginário negativo sobre o território, cultura e economia dos afros brasileiros e suas relações ancestrais.

O exemplo do tópico *Brasil podia ser diferente* não há nenhuma profundidade com conteúdos que problematizam racismos, discriminações e preconceitos regionais. Essas deficiências dificultam a visão e compreensão dos diversos contextos afro-brasileiros existentes no país. Na sequência das abordagens em questão não há imagens de contextos afro-brasileiros em forma de tabelas, mapas, gráficos que demonstrem a divisão da sociedade brasileira por grupos étnicos/cor ou mesmo a situação social, econômica e política dos afro-brasileiros no país. Contudo, o que se

² Grifo nosso

percebe são aspectos associados às condições precárias de trabalho e moradia direcionados a população negra quando a abordagem é sobre a fome na página 199.

Quando se trata das relações ligadas ao trabalho, saúde, emprego e educação, os personagens negros apresentados tanto em forma de charges ou fotografias, na página 114, por exemplo, aparecem em contextos estereotipados com referências econômicas e sociais precárias. A forma como essas imagens são colocadas sem referências, contexto de maneira arbitrária, revela a falta de humanização além de reafirmar um discurso euro centrista e de inferiorização dessa população. Na página 114 com o título “**Nessa situação, onde moraria o nosso migrante?**”, é a imagem abaixo que é apresentada, uma família negra estereotipada e apontada, por um homem branco, a degradação habitacional, que lhes parece ser inerente.

Imagem 4 – Conteúdo estruturante Nessa situação, onde moraria o nosso migrante?



Fonte: Livro didático Geografia Ensino Médio

O livro procura fazer uma discussão superficial e sem base epistemológica sobre os países em posição desigual nas questões ligadas a trabalho, saúde e educação, no entanto falta explicar essas diferenças do ponto de vista espacial, demonstrando os fatores históricos globais que levaram esses países serem denominados de subdesenvolvidos e estarem na condição de apenas fornecedores de produtos primários no mercado mundial. Seria interessante questionar o motivo pelo qual fizeram os autores do livro fazer uma identificação sobre quem são os atores que sofrem com o processo histórico de formação do cenário urbano e socioeconômico, no caso os imigrantes que aparecem na charge.

Por fim, o livro didático em análise não oferece instrumentos pedagógicos o qual possa conduzir a um processo de ensino e aprendizagem direcionado as representações étnicas raciais nas relações África- Brasil. Durante a análise foi possível perceber a ausência de reflexões e conteúdo

que contemplem a Lei 10639/03, o qual estabelece Diretrizes e Bases da educação nacional para História e Cultura Afro-Brasileira.

Outro aspecto reflexivo remete a ausência dessa mesma aplicabilidade em conjunto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que ao examinar os comentários dos autores que fazem alusão ao diálogo do livro com a BNCC não foram encontradas tais referências africanas ou mesmo afro-brasileiras.

De modo geral, os capítulos estudados revelam a ausência de detalhamentos e explicações de conteúdos que tratam das relações Brasil-África, principalmente na página 120, onde não há nenhuma abordagem que relaciona o continente africano ao processo escravocrata, e nem tão pouco com as relações étnicas raciais o qual estabelece a Lei 10.639/03 para o ensino da geografia.

Os conteúdos na página 126 *“Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico”* em direcionados na atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, não são visibilizados e nem tão pouco aparecem em capítulos posteriores reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos. Nessas páginas são citadas apenas os conflitos étnicos historicamente construídos pela máquina da colonização. Vejamos:

Existem inúmeros conflitos étnicos espalhados pelos continentes, com maior ou menor intensidade, indo desde a segregação em guetos ou bairros até ao extermínio (ou tentativa) de parte da população. Alguns desses conflitos são ignorados pela mídia, como o caso dos ameríndios do Brasil, dos Estados Unidos e dos aborígenes da Austrália, que por séculos estão sendo atacados em nome do progresso, da evolução, sempre tratados como inferiores. Outros recebem mais ou menos importância nos sistemas de telecomunicações globais, dependendo de interesses em divulgar ou não tais massacres. Podemos nos lembrar do caso dos Bantos, perseguidos por Tutsis, no Burundi; na Nigéria, com a Proclamação da República de Biafra, pelos Ibos que provocaram uma carnificina deste povo pelo governo da Nigéria; na República Sérvia e Montenegro; na Somália; na Palestina [...]. (p. 126)

Na continuidade das próximas sessões do livro não são abordadas a situação econômica e geopolítica do Brasil e de outros países da América Latina e da África como enfoca as exigências da BNCC para ensino médio. Não há menção ou relação sobre as questões étnico-raciais no Brasil e nem tão pouco há uma página específica o qual procura relacionar o continente africano com o Brasil, dificultando a análise aprofundada histórico-geográfica e relacional nos processos civilizatórios.

Essas deficiências sinalizadas durante a análise possibilitam levantar alguns questionamentos, como que: De que forma os discentes conseguem seguir durante todo o ano letivo sem compreender, ter conhecimento sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do continente africano, a caracterização dos tipos de economia nos espaços urbanos e rurais da América e da

África? E essencialmente, sem ter noções sobre os mapas entre outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América?

A análise do livro demonstra um conteúdo destinado ao continente africano exposto de maneira meramente descritiva, o que minimiza a realidade aos estereótipos, aumentando o imaginário negativo sobre seu território, cultura, economia e suas relações com o Brasil. A normalidade em se ter um ensino hegemônico eurocêntrico e colonial camufla processos complexos para compreender com profundidade a Geografia Brasileira, sendo perceptível que tais conteúdos retroalimentam racismos, discriminações e mais preconceitos.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. **Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil**. In: KARNAL, L. (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 185-204.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez. 2008.

BRONOSKI, B. **Pouco mais de um terço da população do Paraná é formada por negros, e governo estadual não tem políticas públicas específicas**. Atualizada em: 21 de julho de 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/07/21/pouco-mais-de-um-terco-da-populacao-do-parana-e-formada-por-negros-e-governo-estadual-nao-tem-politicas-publicas-especificas.ghtml>

Acessado em: 22 de nov. de 2022.

Deliberação n.º 04/06, aprovada em 2 de agosto de 2006 - Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em:

https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2006/de_liberacao_04_06.pdf Acessado em: 22 de nov. de 2022.

Geografia Ensino Médio. Vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2007. – 280 p. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/livro_didatico/geografia.pdf

Acessado em: 22 de nov. de 2022.

FREITAG, B. R.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, A. C. da. **A representação do negro no livro didático: o que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

ANEXOS:**EDITOR: Cesar BruminiDellore****AUTOR(ES/AS):****André Aparecido Alflen****Gisele Zambone****João Carlos Ruiz****Leda Maria Corrêa Moura****Márcia Regina Garcia****Rosélia Maria Soares Loch****EDITORA: SEED-PR****ANO DE PUBLICAÇÃO: 2007, 280p.****EDIÇÃO: 2ª**

Livro destinado ao Ensino Médio, destinados a alunos do Paraná, de distribuição gratuita.

Equipe Técnico – Pedagógica

Gisele Zambone

Juliana Carla MuterlleBitar

Marcio Miguel de Aguiar

ValquiriaRenk

Leitura Crítica

Mafalda NesiFrancischett – Unioeste/PR

Consultor de direitos autorais

Alex SanderHostynBranchier

Revisão Textual

Renata de Oliveira

Projeto Gráfico, Capa Editoração Eletrônica

Eder Lima/Icone Audiovisual Ltda